

## O Talibã e a educação da mulher afegã: uma forma de silêncio, denúncia e resistência

The Taliban and the education of Afghan women: a form of silence, denunciation and resistance

**Maraisa Lopes**

Universidade Federal do Piauí

**Francisca Mônica da Silva Santos**

Universidade Federal do Piauí

### RESUMO

Objetivamos analisar os efeitos de sentido produzidos em uma postagem no Instagram composta por uma fotomontagem, acompanhada de um enunciado, que retrata a ameaça aos direitos educacionais das mulheres afegãs. Para tanto, o arquivo corresponde a uma fotomontagem circulada no Instagram no momento de (re)ocupação pelo Talibã no Afeganistão. A análise foi realizada com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Materialista, sob os trabalhos de Pêcheux (1995), Orlandi (2005; 2007; 2020), Modesto (2015), Neckel (2015) e Souza (1997). Com a análise, observamos como a educação feminina afegã, significada na fotomontagem, sofre determinações próprias do autoritarismo, silenciando esse público. No entanto, pelo contexto imediato, notamos movimentos de resistência e denúncia funcionando de modo concomitante. Portanto, ainda que seja uma montagem de uma fotomontagem originária, os elementos que diferenciam a fotomontagem de sua versão origem significam de algum modo e vão desencadear efeitos de sentidos outros, mas que estão relacionados em algum ponto com a produção originária.

### PALAVRAS-CHAVE

Educação. Mulher. Afeganistão. Discurso. Silêncio.

### ABSTRACT

We aim to analyze the meaning effects meaning produced in an Instagram post composed of a photomontage, accompanied by a statement, which portrays the threat to the educational rights of Afghan women. Therefore, the file corresponds to a photomontage circulated on Instagram at the time of (re)occupation by the Taliban in Afghanistan. The analysis was carried out based on the theoretical assumptions of Materialist Discourse Analysis, under the work of Pêcheux (1995), Orlandi (2005; 2007; 2020), Modesto (2015), Neckel (2015) and Souza (1997). With the analysis, we have observed

#### Maraisa Lopes

Doutora em Linguística, Docente do Curso de Letras-Libras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8408-3103>.

#### Francisca Mônica da Silva Santos

Mestranda em Linguística, Universidade Federal do Piauí, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8430-7971>

Recebido em:  
16/10/2022

Aceito em:  
08/03/2023

MAI / JUL 2023  
ISSN 2317-9945 (ON-LINE)  
ISSN 0103-6858  
P. 282-298

how the Afghan female education, signified in the photomontage, suffers specific determinations of authoritarianism, silencing this public. However, due to the immediate context, we noticed resistance and denunciation movements working concomitantly. Therefore, even if it is a montage of a photograph, the elements that differentiate the photomontage from its original version somehow signify and will trigger other meaning effects, but which are related at some point to the original production.

## KEYWORDS

Education. Women. Afghanistan. Discourse. Silence.

## 1. Introdução

A educação básica é um dos direitos de todo e qualquer cidadão e cidadã, fazendo parte de um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) a serem atingidos até 2030, sob a denominação de Educação de Qualidade. Apesar disso, a educação de diversos países ocorre de forma arbitrária, em que ou não é oferecida para todas as idades ou há um gênero privilegiado. Em alguns Estados, regidos por regimes extremistas religiosos, apenas homens podem frequentar o ensino básico e superior. Esse direito é vetado para as mulheres, como é o caso do Talibã. O que leva ao questionamento: Por que o acesso da mulher à educação é negado? Essa inquietação faz pensar que essa negação poderia estar atrelada à sua inserção e participação enquanto constituinte de uma sociedade. Negando-lhe, assim, um direito básico enquanto cidadã – o direito à educação, negar-se-ia sua cidadania.

Dito isso, pensando nessas discussões introdutórias e tomando-as numa perspectiva discursiva, objetivamos analisar os efeitos de sentido produzidos pela ameaça aos direitos educacionais das mulheres afegãs pelo Talibã, retratada no discurso artístico de uma fotomontagem. Em específico, intentamos compreender e descrever o funcionamento discursivo dessa ameaça como forma de silêncio, do mesmo modo analisar como a luta pelos direitos estudantis da mulher afegã tem sido uma forma de denúncia e resistência, textualizada por meio da materialidade não-verbal.

Para tanto, a análise foi realizada com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso na perspectiva materialista, em que as noções de silêncio (e silenciamento), denúncia e resistência no imbricamento entre discurso, sujeito e ideologia, foram mobilizadas em nossos gestos de interpretação.

## 2. Discurso, sujeito e ideologia: o entrevir do silêncio

Orlandi (2007) ao discutir as formas do silêncio, entende o discurso, o sujeito e a ideologia com um novo olhar. A autora produz novos deslocamentos, sem, no entanto, se distanciar da teoria materialista iniciada pelo filósofo.

Nesse sentido, tomando o discurso no jogo interdiscursivo, em que todo discurso é “uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras” (ORLANDI, 2007, p. 15), essas palavras são atravessadas pelo si-

lêncio. Isso ocorre porque o silêncio é constitutivo delas. Isto é, as palavras produzem silêncio e, por consequência, silenciam. O trecho anterior atesta o movimento da contradição do discurso pelo funcionamento do silêncio, em que essa contradição se faz entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente. Outras palavras, mas sempre as mesmas. As mesmas palavras e sempre outras.

O discurso, conforme entendido por Pêcheux (1995), é o efeito de sentido entre locutores. E o que garante esse movimento de sentidos é o silêncio (ORLANDI, 2010). Nesse contexto, entra a questão do sujeito, visto que o silêncio o situa nessa relação de contradição, conforme destaca Orlandi (2018) no trecho que segue:

Ele é, sim, a possibilidade, para o sujeito, de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (ORLANDI, 2018, p. 24).

O silêncio situa, portanto, o sujeito na contradição, no equívoco, na errância. E se constitui como essa possibilidade, da qual fala Orlandi (2018), porque nele tanto o sentido quanto o sujeito se movem, não são estabilizados, nem unificados, nem completos. Assim, conforme propõe Orlandi (2018), os sujeitos podem ser interpelados a fazer o silêncio “falar” ou a ficarem em silêncio, na relação de classes dominante e dominado (censura).

Pelo movimento do silêncio, é possível observar outros movimentos, como o de resistir e denunciar. Há resistência e denúncia no silêncio. E podem ser observados em discursos circulantes diversos, que apresentam, na luta de classes, a relação de forças entre dominante e dominado, em que o discurso do dominado se faz presente. Seria a retórica do oprimido sobre a opressão (ORLANDI, 2007). Poderia acrescentar nessa retórica do oprimido a denúncia. E não apenas a denúncia em sentido literal, evidente, mas o ato de pôr em causa. E denunciar seria uma forma de resistir. Poderia se dizer, então, que a denúncia é atrelada à (atravessada pela?) resistência.

A incompletude do sujeito, para Orlandi (2018), é trabalho do silêncio, em que leva ao rompimento narcísico do sujeito. A autora entende que é “a absolutização narcísica do eu que, esta, seria a asfixia do sujeito, já que o apagamento é necessário para a sua constituição”, desse modo, continua ela, “o silenciamento é parte constitutiva do processo de identificação, é o que lhe dá espaço diferencial, condição de movimento” (ORLANDI, 2018, p. 49). Esse silenciamento seria o de dizer um, para não deixar que outros sentidos escapem. É o proibir. Proibir que o sujeito ocupe certas posições, afetando a identidade do sujeito. Assim, o dizer e o silenciar, no silenciamento, andam de mãos dadas.

O movimento de negação da educação, a *priori*, poderia ser tomado como uma noção de proibição, de silêncio, em que negar, ainda que não seja pela marca adverbial de negação, significa como uma forma de silêncio e ganha significado, pois o silêncio é matéria significante por excelência (ORLANDI, 2007).

Nesse âmbito, entra a questão da ideologia, haja vista esse silenciamento se dá na interpelação, na formação ideológica do autoritarismo, que censura dizeres e, por consequência, sentidos. Ele se dá na relação de for-

ças, de poder. E como o discurso, que é a materialidade específica da ideologia, é atravessado pelo silêncio, não se dissocia o silêncio das questões ideológicas.

É, portanto, nesse imbricamento que trabalhamos, juntamente com as noções de silêncio, de denúncia e de resistência.

### **3. Das condições de produção: a educação da mulher e a educação da mulher afegã no regime totalitário e extremista do Talibã**

O lugar de cidadania da mulher demorou a ser constituído como tal, apesar disso, ainda que esse lugar tenha sido conquistado (em que a colocação do termo “conquistado” se dá pela luta das mulheres por direitos igualitários de gênero, ou seja, uma conquista delas por elas e por todas as outras), ocorreram e continuam ocorrendo várias violações desse lugar. Isso permite que se questione: até que ponto a mulher é cidadã? Ela goza de todos os direitos que vêm com essa determinação de cidadania? Muito ainda se discute sobre seus direitos, estando o homem no centro dessas discussões. Lopes (2021) informa, a partir de uma discussão de Perrot (2012), que por muito tempo foi colocado em pauta o status humanístico da mulher, ou seja, se eram seres humanos racionais assim como os homens ou se eram seres sem razão (irracionais), assim como os animais. Percebe-se que por essa informação de discussões sobre o que era o ser mulher impossibilitou a participação da mulher na sociedade, como ser portador de direitos garantidos por meio da cidadania, descartando-se a figura feminina por séculos.

Um dos direitos negados a mulher foi o de educação, em que o acesso se deu apenas no século XIX (LOPES, 2021). No entanto, a educação era voltada para os afazeres domésticos, como a costura, e artísticos, como a música (tocar piano). Em outros termos, era voltada para a preparação de uma filha, esposa e mãe adequadas. Todavia, a busca pela ocupação de outros lugares, exterior ao ambiente doméstico, gerou uma resposta contrária da sociedade, na qual restaria à mulher a vida religiosa ou uma vida sem honrarias (desvirtuada), conforme informa Lopes (2021) por meio dos apontamentos de Pinto (2003).

Foram as lutas “silenciosas” das mulheres e o advento da Revolução Industrial que garantiram à mulher a ocupação de outros espaços, fora do familiar e do religioso, pela busca considerável da mão-de-obra feminina (LEAL, 2016). Pouco a pouco, a mulher saía do lugar de coadjuvante. Escolas, universidades, ambientes de trabalho, eram novos espaços que passavam a ser pouco a pouco conquistados, ainda que sob situações diversas, como baixos salários e horas desumanas de trabalho (BARRETO, 2016). No entanto, essa realidade foi moldada ao longo dos anos e em vários países, em especial os do Ocidente.

No século XX, com as Primeira e Segunda Guerras Mundiais, as mulheres passaram a ocupar cargos fora das fábricas (LEAL, 2016), como na educação, no esporte, na política (LOPES, 2021), na ciência, na medicina e no judiciário.

No Oriente Médio, a exemplo do Afeganistão, as mulheres participavam

ativamente de escolas, universidades e no mercado de trabalho, desde o início do século XX, conforme expõe a BBC no artigo *Afeganistão: como era a vida das mulheres antes do Talebã* (2021). Ainda segundo o artigo do jornal, esses direitos foram ampliados no governo soviético, por volta dos anos 1970 e 1980, sendo as mulheres de regiões urbanas as que foram mais beneficiadas. No entanto, isso mudou no final anos 1990, com a tomada de poder do grupo ortodoxo, fundamentalista e extremista Talibã – antes financiado pelos Estados Unidos –, em 1996, que instituíram novas regras que afetaram diretamente a educação das afegãs. Essa ruptura na vida social e educacional das mulheres ocasionou em regras rígidas de vestimenta, obrigadas a ter que cobrir quase todo o corpo e o rosto, foi-lhes vetado o direito de estudar, trabalhar e de sair de casa desacompanhada.

Com a derrubada do governo do Talibã pelos Estados Unidos em 2001, os direitos educacionais femininos foram pouco a pouco sendo restabelecidos. Todavia, ainda segundo o artigo da BBC, com a saída dos EUA, 20 anos depois, o Talibã toma novamente o poder, fazendo com que, mais uma vez, o temor de que as regras da lei e da fé islâmica fossem empregadas de forma extremista deixa as afegãs em alerta, no receio de que os efeitos já cristalizados na história tornassem a ser repetidos.

Desde a ocupação do grupo extremista em agosto de 2021, a educação da mulher afegã passou a ser ameaçada/colocada novamente em abalo, um dos direitos que haviam restaurado ao longo dos anos, o que nos recorda do que já dizia Simone Beauvoir (1970) sobre no androcentrismo a mulher não se constituir como sujeito, mas como objeto, no qual suas condições de existências (e nesse âmbito estão incluídos seus direitos) são constantemente contestadas, religiosa, política, econômica, biológica, filosoficamente etc. O extremismo governamental do Talibã se deve à adoção religiosa extremista do islamismo, na qual as mulheres são interpeladas a posições de passividade intelectual, familiar e jurídica.

## 4. Gestos analíticos e de interpretação

Em 15 de agosto de 2021, uma imagem começou a circular nas redes sociais e em meios jornalísticos. Essa imagem mostrava duas pessoas caindo de um avião em movimento no ar. Logo depois, surgiu um vídeo de várias pessoas se atracando a um avião da Força Aérea do EUA, o mesmo que antes estava em movimento. Segundo relatos, a imagem que antes circulara era parte desse mesmo vídeo. O desespero das pessoas se dava por conta da tomada da capital, Cabul, do Afeganistão, pelo Talibã, tonando-se o prenúncio de mudanças no país após a retirada das tropas estadunidenses. Em especial, para as mulheres.

Conforme já discutimos, a preocupação maior é de que os direitos que haviam começado a retomar seriam interrompidos pelo novo governo, conforme acontecera em 1996. Os direitos femininos se encontravam ameaçados e, dentre eles, os direitos de frequentar a escola e a universidade. Nesse contexto, as produções que correspondem ao não verbal (ao artístico) têm sido um meio de divulgar a situação instalada no país.

Na AD, essas produções serão tomadas como materialidades discursi-

vas. Desse modo, a montagem fotográfica como materialidade significativa do não verbal, conforme propõe Souza (1997) no âmbito dos estudos da imagem. Isso porque a imagem significa diferentemente, pois seu status tende a divergir, entre o status de linguagem e de cenário ou ilustração (SOUZA, 1997, p. 2). Interessa, no entanto, para a AD, a imagem como linguagem, visto que, se tomada como cenário ou ilustração, atesta-se sua redução de complementariedade do verbal.

Enquanto linguagem, melhor dizendo, enquanto forma material significativa, a imagem passa, então, a ser entendida e determinada sócio-historicamente pelas condições de produção, tornando-se necessário observar a sua circulação (memória que ecoa em um determinado contexto, tempo e espaço) e formulação (circunstância específica de enunciação em que se constitui a memória) para a produção de sentidos (ORLANDI, 2005).

Tendo isso em mente, trazemos, em nosso movimento de análise, uma publicação de um perfil no Instagram composta de um enunciado e uma fotomontagem. Não se sabe ao certo quanto aos direitos de produção sobre a fotomontagem, mas, como expressão artística, tomá-la-emos para os nossos gestos de interpretação. Logo após, analisamos o enunciado atrelado à fotomontagem. E, por fim, a análise recai sobre a imagem originária na rede de filiação de memória.

## 4.1. Silêncio e resistência: a materialidade significativa do não-verbal

A fotomontagem foi postada no perfil de Léa Galvão, na rede social Instagram, advogada em casos de violência contra a mulher, no dia 26 de agosto de 2021, com a seguinte legenda: “A educação sempre será o caminho!”. Na fotomontagem publicada, encontra-se uma mulher, aparentemente do Oriente Médio (se levar em conta as características de vestimenta, da arquitetura urbana e do período de circulação da imagem), em meio a uma multidão de mulheres cobertas pelo *niqab* (véu que cobre o rosto e cabelos, deixando apenas os olhos à mostra). A mulher, no entanto, se diferencia das demais pela não utilização do véu. Em suas mãos, um livro aberto, no qual encontrava-se concentrada para a leitura:

Figura 1: fotomontagem



Fonte: lea\_galvao, Instagram.

Nessa imagem, optamos por iniciar a discussão por um dos elementos mais marcantes presentes nessa fotomontagem, a (não) utilização do *niqab* e a sua relação com as condições de produção (circulação) da imagem (isto é, a proibição iminente de frequência de universidades e escolas pelas mulheres do país, regrada e regida por um governo totalitário e ortodoxo – nas leis e religião).

Na construção da imagem, torna-se possível observar que o *niqab* ultrapassa a condição de vestimenta, de item religioso feminino, perpassando e sendo atravessado por outros sentidos. Há, desse modo, um extremismo que se faz presente quando a escolha de uso não parte exclusivamente da mulher. É um extremismo que, além do religioso, é político, ditatorial e fundamentalista. Fazendo-se presente nas relações de força, de poder. Assim, o sujeito mulher afegã, nas relações de forças do governo do Talibã, torna-se subalterno calado, silenciado.

O *niqab*, nessa relação de forças, pode funcionar (significar) como um elemento de repressão de ideias, de lutas, de conquistas, de “unidade” entre as forças femininas afegãs. De aprisionamento. É o sujeito mulher afegã sufocado, não apenas pelo nariz que está coberto pelo véu, mas pelo não direito de liberdade, de escolha. Cada mulher afegã impedida de compartilhar suas angústias, de gritar, de denunciar os males sofridos, e não apenas porque a sua boca está coberta. É a impossibilidade dada de “união” entre uma mulher e outra, de junção de forças. E isso é constitutivo nas relações de poder. É uma relação mantedora das forças produtivas, das mulheres afegãs sob o regime do Talibã, produzindo vínculos em que a “unidade” deve se pautar somente no extremismo fundamentalista determinado pelo governo. Ou são os sentidos produzidos pelo governo, ou são os sentidos produzidos pelo governo. Não há outros no autoritarismo.

Por conta disso, ainda que estejamos falando de autoritarismo em si, não podemos deixar de fazer uma relação com o *discurso autoritário* pensado por Orlandi (2020), tomado no modo de funcionamento polissêmico contido (fechado). Nos termos da autora, trata-se daquele “em que a polissemia é contida, [o] referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor” (ORLANDI, 2020, p. 85). É um tipo (a autora classifica como uma tipologia discursiva) de discurso que aponta para a impossibilidade de abertura para sentidos outros. E é nesse sentido que o autoritarismo, enquanto modo governamental, opera. Isto é, na não possibilidade de que outros sentidos se façam presentes, se façam ouvidos. Mas que ainda persistem no silêncio e pelo silenciamento. O *niqab*, na imagem, pensado pelo discurso do autoritarismo e o *autoritário* – funcionando pelo simbólico –, produz esse efeito de polissemia fechada, de sentidos contidos, de “monossemia” (ORLANDI, 2020).

Nesse sentido, na sua relação com a educação das afegãs, o *niqab* está na ordem do “impedimento”, ou seja, impede-se de estudar, impede de produzir, de contestar, de gerar descontentamento que leve à indignação que move as revoluções, às derrubadas de poder. Pode funcionar também, na relação de classes, como objeto de manutenção (de dominação) entre estado dominador e dominado. Se a mulher não estuda, não produz, não pensa nas questões sociais, segue ocupando a posição que lhe foi determinada. E a

proibição da educação é o elemento que irá manter as relações funcionando tal qual se configura num regime totalitário como o Talibã, marcado por formações ideológicas próprias do patriarcado.

A proibição do acesso à educação às afegãs é um silêncio que ao mesmo tempo é fundador e político (ORLANDI, 2018). Um silêncio é considerado fundador porque garante o movimento dos sentidos na e pela historicidade, ele está no funcionamento da língua com o ideológico. Essa forma é o silêncio que significa em si (ORLANDI, 2018), tornando toda e qualquer significação possível. Em outros termos, é o silêncio como matéria significativa.

Nesse contexto, é fundador porque as afegãs historicamente foram (e são) silenciadas, na tentativa de (re)produzirem o “um”, sentidos únicos, transparentes e literais. Os mesmos sentidos daqueles que silenciam. No entanto, o silêncio educacional das afegãs antes e depois da tomada de poder significa de diversas formas possíveis. É denominado de *continuum* do silêncio (ORLANDI, 2018), que não esgota e perpassa o tempo. Isso porque os discursos que são atravessados por esse silêncio sobre a educação da mulher “retornam” pelo interdiscurso, pela memória discursiva, produzindo outros sentidos. Do mesmo modo como o silêncio da educação das afegãs faz emergir outros.

A existência de outros sentidos possíveis garante o equívoco, a falha, a incompletude, o “desfalecimento” (ORLANDI, 2018) do sentido produzido e cristalizado pelo Talibã. Isso torna possível que o *niqab*, na imagem, funcione como veto da educação do sujeito mulher afegã, operando discursivamente como (uma) forma de silêncio, porque significa em e por si mesmo no e pelo discurso, daí o caráter fundante.

Esse silêncio atravessa os elementos, as materialidades significantes da linguagem não verbal da imagem, produzindo a possibilidade e a multiplicidade de significações. Desse modo, o outro sentido possível é silenciado. Então, na fotomontagem não é apenas um *niqab* como vestimenta, são os efeitos de impedimento de estudar, de produzir intelectualmente, de ir contra as determinações governamentais, de gerar manifestações. É objeto mantedor (dominador) das relações de poder. É a contenção de ideias e ideias feministas. É a manipulação (o controle) do pensamento questionador social. É a impossibilidade de ocupar outras posições diferentes. São estes os sentidos também passíveis de leitura. São o “outro segredo” (ORLANDI, 2018).

Assegurados pelo que discute Beauvoir (1970) sobre o indivíduo mulher, na condição de Outro, ser sempre contestado, parece-nos que, em tempos de crise política, os direitos das mulheres são mais fortemente questionados, exatamente por essa condição social previamente estabelecida de Outro do homem, fazendo parte não do universal, mas, curiosamente, de uma minoria (o que “autorizaria”, pelo olhar androcêntrico, a possibilidade frequente de contestação). No caso das afegãs, os direitos ao acesso à educação logo foram colocados em pauta pelo Talibã. Essa prática é o funcionamento do ideológico no discurso que atravessa o sujeito mulher afegã, produzindo sua completude, seu apagamento identitário, seu silenciamento. O que nos leva à segunda forma do silêncio: a política do silêncio ou silenciamento.

A política do silêncio dos sentidos está inscrita na construção do poder-dizer, é entendida como o apagamento de outros sentidos realizáveis,

possíveis, em uma determinada condição discursiva (ORLANDI, 2018). Desse modo, em nossa leitura, identificamos essa política do silêncio como *local*, como censura. Assim, o sujeito deve obrigatoriamente evitar ditos, para não emergir outros sentidos. Está na ordem do interdito (ORLANDI, 2018).

As mulheres afegãs, nesse contexto, são proibidas de ocupar certos lugares (como o de estudante, de professora, de pesquisadora, de cientista), certas posições e de se inscreverem em determinadas formações discursivas, fazendo com que suas identidades sejam imediatamente afetadas. Isso recai no que Orlandi (2018) chama de “asfixia do sujeito”, própria de governos autoritários, em que o dizer é regulado, fazendo com que o sujeito ocupe “o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos” (ORLANDI, 2018, p. 79). E no autoritarismo, como o que rege o Afeganistão atualmente, procura impor um sentido uno para todas as mulheres do país, podendo ser considerado dentro do que Orlandi (2018) define como “narcísea social” nas relações de poder. A censura é, então, o lugar da proibição, da negação, da aniquilação da identidade. Ela impõe um silêncio. É a chamada retórica de (da) opressão em direção aos oprimidos, nesse caso, às oprimidas, às mulheres afegãs impossibilitadas de seguir vida estudantil.

Isto posto, outros sentidos se constituirão na retórica do oprimido, aquela da resistência, em que se produz um discurso que vai na contramão do que é disseminado pelo discurso que marca a opressão, logo do dominador/opressor. Resiste, portanto, porque rompe, na luta de classes, com a formação discursiva (FD) dominante, produzindo dizeres que contestam, denunciam, revolucionam, revoltam-se com o estabelecido. Marca que pode ser lida na fotomontagem pela mulher e sua recusa ao *niqab* e sua revolução com o livro entre as mãos. Já a retórica da opressão se realiza na multidão de mulheres cobertas pelo *niqab*, de mãos vazias, seguindo em direção ao mesmo caminho. É o contraste entre uma retórica e outra. É o silenciamento da primeira situação que faz com que os outros sentidos surjam, que outras retóricas sejam possíveis, isto é, que a segunda retórica seja possível. Eis aqui novamente a presença do silêncio fundante.

Compactuamos, nesse entremeio, com a concepção de Orlandi (2018) quando diz que “a censura e a resistência trabalham a mesma região de sentidos” (ORLANDI, 2018, p. 111). Isso ocorre porque a resistência reside na censura, é resposta a ela, visto que é na censura é que se encontra a “alteridade” do sentido negado.

Nesse segmento, a falta do *niqab* que lhe cubra a cabeça significa a negação de adesão a uma retórica opressora, que guarda um futuro de reclusão social e estudantil às afegãs. Essa falta, resultante de e em oposição a uma retórica que oprime, é a marca da insubordinação política e educacional da mulher afegã. É a sua resistência, marcada pela contrariedade de seus passos, pelo livro aberto, pelo não uso do véu.

O movimento contrário que a afegã toma na fotomontagem pode ser interpretado como o outro sentido que “escapa”, que foi silenciado. É a mulher afegã inscrita no processo de significação da negação da educação, fazendo, com esse movimento, a sua resistência significar de outro modo, discursivamente. A educação funcionaria, assim, como fator de resistência.

O que nos sugere que a educação é o caminho a ser seguido, é a resposta à censura, ao obscurantismo intelectual e educacional feminino das afegãs. A educação é a forma de revelia ao governo, ao autoritarismo.

O livro aberto em suas mãos é o que nos permite fazer a leitura de que o caminho contrário tomado pela mulher está relacionado à educação. Ao estar aberto, em situação que possibilita a leitura, a representação do livro supõe um caminho de horizontes a serem explorados e possibilitados pelo saber. É o conhecimento posto nas mãos daquela que estuda. E, mais do que isso, é o poder do conhecimento e de quem o detém. E com ele em mãos o sujeito pode ser resistência. Ao passo que as mãos vazias da legião de mulheres sugerem a falta de acesso a esse direito. É a censura funcionando pela falta.

Olhando para a cor vermelha da capa, “lembra”, e faz parte de uma memória – e por que não de uma memória discursiva? – de revoluções, sujeitos dominados por um espírito fortemente revolucionário. A educação feminina afegã, portanto, é um ato de revolução. Estudar é rebelar-se. A proibição dessa educação seria (é) contenção da possibilidade de atos revolucionários.

O olhar que é direcionado por outra afegã em meio à multidão a essa mulher que se encontra na contramão nos sugere que: (i) em meio ao silêncio imposto, as práticas de resistência são acompanhadas (não somente no sentido de assistidas ou observadas) por outras: e (ii) a retórica da resistência, identificada na educação como lugar de possibilidades, pode abrir caminhos para outras mulheres que desejam rebelar-se, que desejam reagir à censura (im)posta, estudando. Resistindo. Na produção de outros sentidos.

## 4.2. Paráfrase e deslizamentos: a educação como caminho

De acordo com o que nos informa Souza (1997), ao falar de interpretação da imagem é se referir ao modo como ela significa no discurso e o seu modo de utilização para sustentar discursos verbais, pressupondo relações de aspectos culturais, sociais, históricos e de formação social (no que concerne aos sujeitos). Apesar da autora alertar que o não verbal não poder ser lido na relação com o verbal, no lugar de acessório, não impede de observar como está sendo utilizado para sustentar tais discursos da ordem do verbal.

Desse modo, cabe-nos aqui analisar a sequência discursiva (SD) “A educação sempre será o caminho”, que acompanha a fotomontagem. A marca do gesto exclamativo nos leva a crer que não se trata de uma proposição negociável, é uma afirmação que sugere convicção, como se não houvesse possibilidade de contestação, de dissenso (ainda que o espaço no qual ela inscreva tal afirmação, ou seja, o Instagram, configure-se como lugar de interlocução). Esse gesto exclamativo indica a articulação de uma imposição do seu ponto de vista sobre seus interlocutores-seguidores. Trata-se, assim, de uma conclusão.

Encontramos no valor temporal de *sempre* da Sequência Discursiva (SD) em questão o funcionamento de generalização, em que há uma extensão da educação como o caminho a ser seguido a depender de qualquer outra situação possível que possa vir a ocorrer. Ou seja, o exemplo da educação como caminho para a libertação da opressão, e, logo, do silenciamento da mulher afegã, é dado como universal para qualquer outro tipo de opressão/silêncio

do sujeito oprimido/dominado na relação de classes de uma formação social. A educação pode ter, assim, essa função universalizante de libertação.

Esse valor aponta também para a impossibilidade de contestação, como se qualquer que fosse a situação, a educação ocuparia indefinidamente esse lugar/essa função. Isso é acentuado pelo verbo *será* – no futuro do presente do indicativo, ressaltando o efeito de continuidade.

Cabe-nos observar, diante disso, os efeitos parafrásticos possíveis da SD1, dos quais teríamos:

- P1: Há outros, mas a educação é o caminho
- P2: a educação é e será o caminho
- P3: a educação sempre é o caminho
- P4: a educação é sempre o caminho
- P5: o caminho da educação sempre será esse

Essas paráfrases possíveis ensejam sentidos diferentes que se atravessam e derivam da SD1. Na P1 se textualiza, pela “contradição”, que, diante de qualquer outro caminho que possa existir ou vir a ser considerado, a educação é especificada como o que deve ser seguido. Em P2, ela é configurada como já sendo esse caminho, e aponta para a manutenção dele em ocorrências futuras. A P3 opera um gesto estático da educação como caminho, jogando com um efeito permanente, sem qualquer restrição temporal. Marcada diferentemente pelo verbo antes do advérbio com valor de tempo, o efeito causado por P4 é o de frequência, a educação frequentemente é o caminho tomado para sair de determinadas situações condicionantes, como caminho de ascensão ou fuga. Por fim, a P5 aponta para o caminho que se torna próprio da educação, em que marca uma quebra de expectativa de que esse caminho leve o indivíduo, nesse caso, a mulher afegã, por outro lugar senão o já estabelecido como resultado de quem tem acesso aos meios estudantis.

Observando esses efeitos resultantes do movimento parafrástico, é importante não desconsiderar a SD1 desconectada da fotomontagem, o que tornaria seu sentido diferente nos levando a outras interpretações. Isso nos permite identificar a partir de qual posição-sujeito Galvão fala, que sustenta seu dizer e que tem relação direta com a fotomontagem.

A posição-sujeito de Galvão é a de mulher (e mulher negra) preocupada com o futuro educacional das mulheres no Afeganistão, dado o novo regime que se instalou no país. Discursivamente, encontramos em funcionamento a seguinte formação discursiva, denominada para fins explicativos como: a FD feminista, em que há um atravessamento do discurso jurídico, visto que o sujeito parte de um lugar social e discursivo de defensora com base na legislação, ou seja, advogada, no caso, da violência contra mulher. A sua inscrição nessa FD, ou seja, enquanto mulher-feminista, aponta sua identidade e lugar ocupado enquanto mulher para que sua voz seja ouvida, garantindo-lhe o direito de poder dizer. Já o lugar social e discursivo que ocupa, ou seja, de advogada defensora da mulher em casos de violência, imprime sua identidade social para a profissional, fazendo valer que está habilitada e autorizada para que fale o que pode e deve ser dito mediante a lei e enquanto mulher. Portanto, discursos como o engendrado passam a fazer parte de sua retórica. Desse modo, Galvão se inscreve em uma FD, em

aquilo que é o jurídico se atravessa sobre o seu dizer em relação à educação da mulher no Afeganistão e sobre a imagem que compartilha em seu *feed*, em termos de denúncia. Isto posto, essa presença do jurídico configura a Galvão uma dupla autorização para realizar a denúncia, seja de forma dita, seja de forma não-dita.

Nesse jogo em que Galvão se inscreve, ela apresenta uma crítica do social, mobilizando a denúncia discursivamente, pelo verbal (SD1) e pelo não verbal (fotomontagem). Modesto (2015) entende que a denúncia é “textualizar conflitos. Uma textualização – (d)enunciação –, vale dizer, não restrita à linguagem verbal, mas, ao contrário, passível de ser visibilizada pelo significante, seja ele de que ordem for” (MODESTO, 2015, p. 166). Desse modo, a denúncia se constitui na textualização (MODESTO, 2015) na e pela significação das mãos vazias, da cabeça coberta como ocultação de ideias e do movimento de adesão (obrigatório) à opressão. Logo, a denúncia está na significação do obscurantismo, do sufocamento, do veto em relação à educação das afegãs.

Pelo movimento de denúncia, o enunciado da advogada sinaliza que a educação é o caminho da libertação, da luta, da resistência. Ela acaba por produzir um efeito de denúncia ao autoritarismo ortodoxo do Talibã, que interdita os direitos da mulher do Afeganistão quanto à vida estudantil. Nesse sentido, a educação pode ser o modo de confronto, de resistência da mulher contra a censura, pode ser a sua saída do obscurantismo planejado, pode ser a forma de lutar contra as imposições de um governo, pode ser a “contradição” do veto. Do dito interditado pelo autoritarismo.

Percebemos, nesse entremeio, o modo como a fotomontagem como materialidade significativa foi utilizada para sustentar o enunciado da postagem, de forma que a enunciação ganhe outros sentidos quando observada nessa conformidade da materialidade verbal com a não verbal, e não o inverso. Ambos jogando com sentidos sem necessidade de complementariedade um com o outro. O enunciado e a imagem, conforme nos diz Lagazzi (2011), não devem ser analisadas como acréscimos uma da outra, nem como acessórios (SOUZA, 1997), mas como “diferentes materialidades significantes uma no entremeio da outra” (LAGAZZI, 2011, p. 402). Dessa forma, não se pode desconsiderar que a autora da postagem relaciona uma materialidade com a outra, levando-nos a entendê-las no entremeio (LAGAZZI, 2011) e possibilitando, conseqüentemente, a (co)existência de outros sentidos observados nos gestos que apresentamos.

### 4.3. Atualização de memória e tecedura

O leitor deve ter percebido que desde o início temos tratado a imagem dos gestos de análise e interpretação como fotomontagem. Nós a categorizamos dentro desse quadro por se tratar de uma montagem de uma fotomontagem ganhadora do *Clio Awards* de bronze no ano de 2018, publicada pela revista *Reporter Magazine*, sob o título *Campaing: Changing Your Perspective*, juntamente com outras duas fotos que questionam situações como o radicalismo, o neonazismo e a guerra nos tempos atuais.

Iniciada na Alemanha pelo movimento dadaísta, a história da fotomontagem é marcada por um caráter político e por uma função artística de

arma na luta de classes (FABRIS, 2003). Nesse contexto, a fotomontagem ligada à fotografia se constitui como uma linguagem da arte fotográfica, ao passo que (s)urge de montagens de fotografias e, no seu caráter evolutivo, de imagens e materiais outros. Fabris (2003), no entanto, entende que, ao se fazer a fotomontagem, o caráter significativo desta se diferencia daquela, ao passo que esta contradiz “a lógica da fotografia” e acaba “propondo uma percepção crítica do significado das imagens” (FABRIS, 2003, p. 22). Isso se mantém, segundo a autora, porque uma das funções principais da fotomontagem é a crítica à ideologia dominante e aos significados previamente estabelecidos por ela, que se encontravam presentes em revistas que tinham como predominante o recurso visual puramente fotográfico. Dito isso, a autora prossegue:

Instrumento de desvio de uma determinada idéia de realidade, a fotomontagem desempenha várias funções no âmbito do grupo [dadaísta]. É crítica em termos artísticos — por desmistificar o ato criador — e sociais — por propor uma contravisão da contemporaneidade eivada de elementos irônicos e de deslocamentos de sentido. É dialética por articular um jogo contínuo entre a realidade e sua representação (FABRIS, 2003, p. 22).

Importante notar como o caráter artístico não se dissocia do social, dado que ambos significam simultaneamente, já que o artístico pode guardar fortemente um laço com aquilo que é do social.

Apesar desse caráter crítico, a fotomontagem passa a ser também instrumento de uso da burguesia para distorcer o seu caráter revolucionário. É com base nisso que a autora diferencia a de base burguesa como aquela que “falsifica a realidade social como um todo, usando a objetividade da fotografia para disfarçar o processo e para dar a impressão de que o que está sendo apresentado é a ‘verdadeira realidade’” e a revolucionária como a que “ao contrário, estrutura dialeticamente os detalhes fotográficos, evidenciando as relações e as contradições da realidade social” (FABRIS, 2003, p. 25).

Teoricamente, e no plano da AD, a fotomontagem que trouxemos a priori como objeto de análise é percebida dentro da noção de *tecedura* (NECKEL, 2015), visto que a *tecedura* “representa a rede de filiações da memória a outras imagens e/ou materialidades, às quais nem sempre temos acesso, pois tal teia é tramada pelos *esquecimentos constitutivos* (1 e 2) formulados por Pêcheux” (NECKEL, 2015, p. 143). Isso quer dizer que, apesar de ser uma fotomontagem de outra fotomontagem original, ambas mantêm uma relação entre si no plano discursivo, assegurada pela memória no que tange à definição de *tecedura* de Neckel (2015). Dito isso, apresentamos abaixo a imagem original:

Figura 2: imagem original



Fonte: Reporter Magazine

Pela imagem, intitulada originalmente *Questioning Radicalism*, torna-se possível compreender que ainda se trata de uma condição de produção que poderia se julgar parecida com as condições da imagem anteriormente analisada sob a condição de fotomontagem, visto que ainda apresenta características que não diferem tanto de uma para a outra (como o fato de ter a “mesma”<sup>1</sup> mulher tomando movimento contrário, sem a presença do *niqab* sobre a sua cabeça e concentrada em uma leitura). Visualmente, o que difere, a princípio, é o objeto de leitura, que originalmente se trata de uma revista com o título *Disruptive Women*, na capa.

Apesar das semelhanças, ambas significam de forma diferente no fio discursivo, por mais que o radicalismo seja tomado como um fator de causa da situação feminina nas duas imagens. E o que vai determinar que signifiquem diferentemente é a circulação, tanto da fotomontagem quanto da imagem original, pois sofrem e podem sofrer atualização nesse processo. O lugar social e discursivo de quem as compartilham (ou as modificam) também contribui para que outros significados possam ser construídos. No caso da fotomontagem, até mesmo o dizer que acompanha a postagem de Galvão, contribui para que os sentidos evocados na/pela montagem sejam outros, sem, entretanto, desligar-se da imagem original. São, desse modo, outras condições de produção, outras posições, outras FDs. São, sobretudo, um outro discurso em desenvolvimento.

No entanto, esse fato não nos fez desconsiderar a montagem em nossos gestos, porque a consideramos, primeiramente, como expressão artística, colocando-a no âmbito do Discurso Artístico (DA). Segundo, encaramo-la,

1 A julgar que, pelas condições de produção e de circulação da imagem original, a identidade da mulher pode vir a mudar.

pelo interdiscurso, como uma atualização de memória (e memória discursiva), que retorna alhures significando o mesmo de outros modos. A mesma imagem original e ao mesmo tempo outra. Outra porque significa diferentemente. Até mesmo a autoria chegou a ser modificada por aqueles que a adulteraram, que compartilharam a foto, passando a ser atribuída a outras figuras femininas, como as mulheres do Afeganistão, e a outras causas, como a proibição da educação.

Na AD e, especialmente, no DA, pela noção de techedura, que é o entremear dos fios da memória no meio artístico-discursivo, conseguimos entender como se deu esse processo entre a imagem original e a fotomontagem aqui trazidas.

A imagem original aparentemente não se vincula a uma nacionalidade específica (como é percebida nas condições que envolvem a fotomontagem que Galvão compartilhou), mas há uma causa que pertence ao feminismo, especialmente no que se refere ao das mulheres do Oriente Médio em situação de radicalismo. A imagem original sugere, pelo seu e o da campanha da revista, que mulheres que caminham contra a esse radicalismo são perturbadoras da ordem social previamente estabelecida. O processo de se informar, de ler, de procurar conhecimento é essencial para que se tornem perturbadoras. E, ainda, para que as levem a se tornar uma mulher considerada perturbadora. Significando desse modo por ostentar uma opinião formada e própria, por pensar por si mesma, por fazer ouvir sua voz, seu grito, seu movimento de resistência. Nesse sentido, questionar seria o primeiro passo de adesão a esse movimento.

Ao mesmo tempo que pode significar resistência, também pode significar denúncia. O outro lado adjacente da moeda. A denúncia de que o radicalismo aprisiona a mulher a uma única direção, sem concessão e possibilidade de escolhas, de questionamentos, de se fazer ouvir, de conhecimento, de outras trajetórias a serem tomadas. A denúncia de que o radicalismo silencia. Questionar, desse modo, funciona como uma ferramenta que permite realizar esse movimento de denúncia. Logo, questionar é resistir, é denunciar.

E concomitantemente a possibilidade de leitura que a imagem original nos dá de que a mulher sem *niqab*, presente nela, assume essa posição de questionadora do radicalismo (extremismo), também nos é dada a possibilidade de leitura de que a própria revista se posiciona discursivamente desse modo quando formula (produz) a própria imagem original e o título que a acompanha.

Olhando para essas leituras, observamos que a imagem original não se desvincula de todo do processo da fotomontagem, visto que em ambas podemos ler a resistência e a denúncia funcionando ao mesmo tempo, assim como o silêncio e o silenciamento dado pelo extremismo ao sujeito mulher (e ao sujeito mulher da região do Oriente Médio). Isto posto, apesar da educação não estar em causa diretamente na imagem original, percebemos que a busca por conhecimento (por informação) está, em especial, como fator de resistência.

Nesse sentido, e pela fala anterior de Neckel (2015), entendemos que a fotomontagem está filiada à rede de memórias que se constituiu a partir da imagem original da revista, apesar de as pessoas que a compartilharam

(como o caso de Galvão) não terem tido acesso a essa rede que as fariam chegar à fotomontagem original ou à rede de memórias que se constituiu a partir dela. Contudo, mesmo com essa falta de acesso, de certa forma, essas pessoas não se desvincularam dela, justamente por conta da tecedura. E tanto essa falta de acesso quanto a não desvinculação são resultantes de um processo inconsciente, conforme Neckel (2010), porque são ocasionados pelos *esquecimentos*, que são da ordem do discurso.

## 5. Algumas considerações

Com a análise, observamos como a educação feminina afegã, significada na fotomontagem, sofre determinações próprias do autoritarismo, silenciando esse público. No entanto, pelo contexto imediato, notamos movimentos de resistência e denúncia funcionando de modo concomitante. Portanto, ainda que se trate de uma fotomontagem, os elementos que diferenciam a segunda fotomontagem de sua versão origem significam de algum modo e vão desencadear efeitos de sentidos outros, mas que estão relacionados em algum ponto com a produção originária.

Em nossos gestos de análise sobre o uso do *niqab*, gostaríamos de ressaltar que não se trata de uma visão do analista sobre o uso religioso, opcional e pessoal do véu. O que fizemos, portanto, foram tão somente algumas leituras interpretativas dos elementos da imagem que nos permitiram chegar a tais interpretações, com base no dispositivo teórico e analítico da AD.

## Referências

BARRETO, Gabriella Pereira. (2016) **A evolução histórica dos direitos das mulheres**. Jusbrasil. Disponível em: <https://gabipbarreto.jusbrasil.com.br/artigos/395863079/a-evolucao-historica-do-direito-das-mulheres>. Acesso em: 08 nov. 2021.

BBC. **Afeganistão: como era a vida das mulheres antes do Talebã**. 06 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58450823>. Acesso em: 08 nov. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

FABRIS, Annateresa. A fotomontagem como função política. **História**, São Paulo, v. 22, n. 01, 2003.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: CASTELO BRANCO, Luiza Katia Andrade; RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino. (Org.). **Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre, uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: Editora RG, 2011.

LEAL, Joana. Inserção da mulher no mercado de trabalho foi passo importante para novas configurações sociais. **Sociedade – Instituto de Psicologia**, ano 49, ed. 20. 25 fev. 2016. Disponível em: <http://www.usp.br/aunantigo/exibir?id=7501&ed=1302&f=23>. Acesso em: 08 nov. 2021.

LOPES, Maraisa. **Meu corpo (minhas) suas regras?** Um olhar discursivo sobre o corpo feminino. 2021. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t5xmk70ePCA&t=2s>. Acesso em: 14 de out. 2021.

MODESTO, Rogério. A denúncia na textualização do social no enlace das materialidades significantes. **Revista Línguas e Letras**, Unioeste, v. 16, n. 34, 2015.

NECKEL, Nadia Régia Maffi. (Com)Textura de corpos na vídeo-performance contemporânea. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro;

MITTMANN, Solange. (Org). **Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêhcuex)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. Discurso e imagem: perspectivas de análise não-verbal. La Plata, Buenos Aires: 2º **Colóquio Latinoamericano de Analistas Del Discurso**, ago. de 1997.